

Jobim é encarregado de preparar 'reforma possível'

Assumindo a Justiça, relator da fracassada revisão acredita que agora quadro é mais favorável

BRASÍLIA — O deputado gaúcho Nelson Jobim estava decidido abandonar a política depois da experiência como relator da fracassada revisão constitucional. Mas seus arquivos com o resultado de complicadas negociações políticas foram realertos, ainda durante a campanha, a pedido de Fernando Henrique, decidido a queimar etapas nos leba-

tes. Jobim foi integrado à equipe com a tarefa de ajudar a preparar as emendas mais próximas do que será possível aprovar no Congresso. Otimista, o ministro da Justiça acha que em 95 tudo será diferente e alerta sobre os principais "contenciosos" que o governo terá de enfrentar.

Estado — O governo Fernando Henrique dispõe de apoio político suficiente para impedir que o fracasso da revisão constitucional do ano passado se repita?

Nelson Jobim — Tem apoio, sim. A situação em 95 é completamente diferente do momento da revisão, principalmente pela inexistência de eleições. Naquela ocasião, os partidos não quiseram se expor, os parlamentares sofriam pressões de natureza eleitoral. Isso complicou.

Estado — E agora, quais são os maiores obstáculos?

Jobim — Os dois grandes problemas são a reforma tributária e a reforma na Previdência. Aí estão os contenciosos. Primeiro entre o Poder público e o contribuinte, um querendo arrecadar mais e o outro querendo pagar menos imposto. Tem também o contencioso com os Estados e municípios. A mudança do modelo de Previdência cria uma celeuma: mas estamos deixando claro que a reforma não atinge os direitos adquiridos nem as expectativas de direito próximo, de quem já está na reta final para se aposentar.

Estado — Qual é a "reforma possível" num primeiro momento?

Jobim — As reformas fiscal, tributária e da Previdência. A quebra de monopólios vai ser resolvida depois.

Estado — A estrutura de governo anunciada por Fernando Henrique

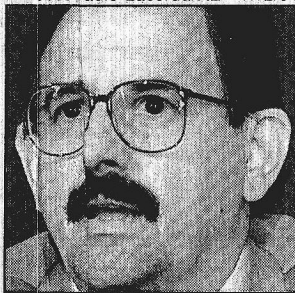
não inclui a figura de um negociador político das reformas no Congresso. A Justiça terá este papel?

Jobim — Não necessariamente. Poderá ter um papel auxiliar.

Estado — O senhor é um crítico do uso abusivo de medidas provisórias, mas o novo governo precisará recorrer a elas...

Jobim — Medidas provisórias fazem parte do jogo e o presidente não pode ficar constrangido de recorrer a elas. Mudanças nestas regras serão propostas num segundo momento da reforma constitucional.(M.S.)

José Paulo Lacerda/AE—17/2/94



Nelson Jobim